

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

-----Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e quinze, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel. -----

----- Verificado o quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. --

-----Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção dos senhores deputados Nuno Miguel da Costa Araújo, António José Sousa Pinto e a senhor Elisa Antónia M. Cruz Alves.

-----O senhor deputado, Nuno Miguel da Costa Araújo, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Armindo da Silva Coelho.-----

-----O senhor deputado, António José Sousa Pinto, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Fernando António Pimenta Carvalho. -----

-----A senhora deputada Elisa Antónia M. Cruz Alves, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Joaquim Fernando da Silva Bonifácio.-----

-----Os senhores deputados substitutos prestaram o compromisso de honra perante a Assembleia. -

----- O senhor 2º Secretário da Assembleia Municipal, procedeu à leitura dos votos de pesar e louvor entrados na mesa: -----

----- 1 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----**VOTO DE PESAR**-----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex. cia a aprovação de um VOTO de PESAR pelo falecimento, no passado dia 24 de novembro, do distinto penafidense Manuel da Cunha.-----

-----Manuel da Cunha fundou em 1958 a empresa M. Cunha, firma especializada na área da distribuição alimentar. Dotado de uma forte liderança e de qualidades inatas como a iniciativa, a perseverança e a coragem para correr riscos, aliadas a uma excelente capacidade de planificação e fruto da experiência acumulada em mais de 50 anos de atividade no setor criou, com a inestimável ajuda dos seus três filhos e colaboradores, uma empresa referência no âmbito da distribuição alimentar.-----

-----A empresa estendeu-se ao longo dos anos por vários pontos do país, apostando no conceito cash & carry tendo sido construído para além do armazém de Penafiel, o armazém de Felgueiras, de Leiria, de Vila Real, de Paços de Ferreira, da Régua, de Ponte de Lima e de Barcelos, empregando dezenas de colaboradores. Aliada a esta dinâmica interna, não descuro o setor externo exportando para 16 países os produtos da sua marca e de múltiplas marcas nacionais. -----

-----A morte de Manuel da Cunha é uma perda irremediável para o concelho de Penafiel. Deixa um vazio muito grande na comunidade empresarial onde era considerado nacional e internacionalmente. -----

-----Neste momento de profundo pesar, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 30 de novembro de 2015, endereça à família enlutada as mais sentidas condolências." -----

-----2 — Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: -----

----- "Voto de pesar -----

-----O grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõem um voto de pesar pelo falecimento de senhor Manuel da Cunha, no passado dia 24 de novembro. -----

-----O senhor Manuel Cunha foi um distinto empresário de Penafiel que se distinguiu pela criação de uma empresa que se estendeu por todo o norte do país, gerando riqueza e empregos ao longo de várias décadas. -----

-----A sua morte é uma perda irreparável que importa sublinhar, propondo-se um voto de pesar pelo seu falecimento e que do mesmo seja dado conhecimento aos seus familiares." -----

-----3 — Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: -----

----- "Voto de pesar -----

-----A Coligação Penafiel Quer lamenta o falecimento de Domingos Lopes da Rocha, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa, entre 1985 e 1989. -----

-----Natural da Freguesia de Cabeça Santa, Domingos Lopes da Rocha faleceu com 79 anos, deixando como legado autárquico um conjunto de obras e melhoramentos na freguesia em que serviu como Presidente. -----

-----O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer lamenta a perda do antigo autarca de Cabeça Santa, propondo à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de pesar, expressando à sua família as mais sentidas condolências." -----

-----4 — Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: -----

----- "Voto de pesar -----

-----No passado dia 13 de novembro, a cidade de Paris viveu momentos trágicos, devido à execução de vários atentados terroristas que vitimaram mais de 130 pessoas, incluindo cidadãos portugueses. -----

-----Em vários pontos da cidade, incluindo na sala de espetáculos Le Bataclan, assistiu-se a atos bárbaros contra a humanidade que deixaram toda a comunidade internacional em choque. -----

-----O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe a aprovação de um voto de pesar pelos atentados terroristas ocorridos em Paris e pelas vítimas destes fatídicos atos e que deste seja dado conhecimento ao Maire de Sainte-Genevieve-des-Bois, cidade geminada com Penafiel."-----

-----5 — Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Municipal pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Louvor-----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex. cia a aprovação de um VOTO de LOUVOR à Escola de Dança "Merenguita Dança de Salão" pelos excelentes resultados alcançados no presente ano 2015. -----

-----A Escola de Dança "Merenguita Dança de Salão" existe desde 2001 na cidade de Penafiel, sendo os seus responsáveis os professores Hugo Romano Rocha e Carla Pinto, naturais do concelho e residentes na cidade.-----

-----Competem a nível nacional e internacional desde 2005, destacando-se a presença em dois campeonatos do mundo de medalhistas na cidade de Montreal, Canadá, em 2008 e na cidade de Hong Kong- China em 2009. -----

-----No presente ano de 2015 alcançaram vários pódios, destacando-se os seguintes resultados:-----

----- 19º Campeonato Nacional - Campeões nas categorias de danças modernas e danças latina, no escalão de seniores- mais de 35 anos): -----

-----• 1.º Lugar Sénior Championship Modernas; -----

-----• 1º Lugar Sénior Championship Latinas. -----

-----Atendendo à sua alta prestação global, atingiram o 1o Lugar no Ranking Nacional em Sénior Championship Modernas e o 2º Lugar Ranking Nacional em Sénior Championship Latinas. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia > 30 de novembro de 2015, endereça à Escola de Dança "Merenguita Dança de Salão" e em especial ao par Hugo Romano Rocha & Carla Pinto as nossas felicitações e votos de muitos sucessos." -----

-----6 — Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Municipal pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Louvor-----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex. cia a aprovação de um VOTO de LOUVOR ao jovem atleta de culturismo Bruno José Teixeira da Cunha. -----

-----Bruno José Teixeira da Cunha tem 29 anos e reside na freguesia de Rio Mau. -----

-----Nas provas que participou no presente ano de 2015 destacam-se seguintes resultados; -----

Ata Sessão Ordinária 30-11-2015

-----• 2º Lugar no Campeonato de Culturismo Portugal Classic 2015, na categoria de Men's Physique over 177cm, que decorreu nos dias 10 e 11 de outubro no Complexo Municipal de ténis da Maia; -----

-----•1º Lugar no 1º Campeonato da AFD na categoria de Men's Physique over 176cm, que decorreu no dia 18 de outubro no Progresso Clube, em Algueirão. Com este desempenho, conseguiu a garantia de inscrição no Mr Olympia Amateur Spain 2016; -----

-----•1º Lugar no Prozis Carlos Alberto Classic, organizada pela IFBB (International Federation of Bodybuilding and Fitness) realizada no Meo Arena nos dias 28 e 29 de novembro, tornando-se campeão nacional absoluto na sua categoria. Com esta prestação ganhou o direito à inscrição no Arnold Classic em Madrid.-----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 30 de novembro de 2015, endereça ao Bruno José Teixeira da Cunha as nossas felicitações e agradecimento pelo engrandecimento do concelho e votos de muitos sucessos pessoais e desportivos."-----

-----7 --- Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Municipal pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Louvor-----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex. cia a aprovação de um VOTO de LOUVOR à Associação Recreativa Novelense e ao seu atleta Paulo Silva que integrou a seleção nacional de juniores masculinos, que participou no Open Internacional de Portugal que decorreu em Loulé de 17 a 22 de novembro de 2015. -----

-----O Open Internacional de Portugal integra o circuito mundial de Opens da Federação Internacional de Ténis de Mesa e Paulo Silva integrou a equipa de Juniores que conquistou a medalha de bronze. -- -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 30 de novembro de 2015, endereça à Associação Recreativa Novelense e ao seu atleta Paulo Silva as nossas felicitações e votos de muitos e sucessos."-----

-----8 --- Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Municipal pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Louvor-----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio propor a V. Ex. cia a aprovação de um VOTO de LOUVOR à ilustre penafidelense Margarida de Santos Sousa pelos atos de coragem, solidariedade e altruísmo patentes quando dos atentados bárbaros e inqualificáveis, efetuados pelos terroristas do denominado "estado islâmico", ocorridos na noite de 13 de novembro de 2015 em Paris e Saint-Denis.-----

-----Margarida de Santos Sousa, natural da freguesia de Galegos, exerce a sua atividade profissional em Paris, sendo porteira num prédio circunvizinho à sala de espetáculos Le Bataclan onde, vítimas de fuzilamentos em massa, atentados suicidas e explosões perderam a vida pelo menos 89 pessoas. -----

-----A nossa concidadã num ato nobre e arrojado não hesitou em abrir as portas do "seu" prédio a quem o solicitou e albergou, escondeu e socorreu cerca de 15 sobreviventes, um em estado grave, que fugiam daquele ato de barbaridade absoluta. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 30 de novembro de 2015, endereça à nossa conterrânea as nossas felicitações e o nosso reconhecimento pelo ato heroico que praticou."-----

-----8 — Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Louvor-----
-----No passado dia 13 de novembro a cidade de Paris viveu momentos trágicos, com a execução de vários atentados terroristas que vitimaram inúmeras pessoas. -----

Nessa noite, quando vários espetadores tentavam fugir do local de um dos atentados, a penafidense Margarida Sousa acolheu e escondeu no prédio onde é porteira várias pessoas, algumas delas gravemente feridas, que conseguiram escapar ao atentado. -----

-----Margarida de Santos Sousa tem 57 anos, é natural do lugar de Casal Bom, na Freguesia de Galegos e vive em Paris há mais de 30 anos. -----

-----Pelo seu altruísmo e pela coragem de proteger várias pessoas que fugiam à morte, o Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor a Margarida de Santos Sousa."-----

-----**Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal:** -----

-----**Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal:** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado João Coelho Pereira: Disse que no passado mês de outubro, Penafiel foi palco de mais uma edição da *Escritaria*, a 8ª, desta vez para homenagear a vida e a obra de Mário Cláudio, que é atualmente um dos mais destacados escritores no universo da língua portuguesa. Durante quatro dias consecutivos proporcionou-se a todos aqueles que quiseram participar neste festival literário, um programa recheado de atividades e animação, desde teatro, dança, música, conferências e exposições. Esta iniciativa, de carácter eminentemente cultural e literário, promovida pela Câmara Municipal, eleva o nome de Penafiel e contribui para divulgar o bom nome da nossa cidade e do concelho para o exterior. Além disso, o evento também chama à nossa terra personalidades ilustres do mundo da

cultura e da literatura portuguesa. O ambiente gerado nesta celebração contagia, realmente, a cidade e todas as pessoas que a visitam. -----

-----Este ano, o evento desenrolou-se ao longo de quatro animados dias, onde a população pôde respirar e familiarizar-se com a obra do homenageado. É de se considerar positivo que esta atividade, a cada ano que passa, vai-se tornando ponto de encontro para todos aqueles que fazem da "Escritaria" um grande repositório de letras, palavras, de afetos e de memórias, que ficarão para sempre. De referir o grande destaque dado pelos meios de comunicação social, regionais e nacionais, desde televisões, rádios e imprensa, a este evento. A quantidade de tempo despendida pelas televisões ultrapassou todas as expectativas, sendo o município de Penafiel o centro das atenções. Se se contabilizasse o tempo de antena fabuloso proporcionado pelos média, concluiríamos por um valor muito elevado. -----

-----Em jeito de balanço convém dizer que a Escritaria deve ser um projeto "para continuar", porque, com provas dadas, já conseguiu ocupar um lugar destacado no panorama cultural do país, contribuindo, desse modo, para a afirmação de Penafiel como concelho de referência sob ponto de vista cultural. E isto é, com certeza, um bom motivo, de que qualquer penafidelense se deve orgulhar. Deu os parabéns à organização. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Guilhufe e Urrô: Referiu o início das obras na EN 15, dizendo que era uma obra quase na sua totalidade na freguesia de Guilhufe e por esse motivo não podia deixar de demonstrar o seu contentamento assim como o contentamento da população da freguesia de Guilhufe, pelo facto de estar a ser concretizada uma antiga ambição daquela população. Todos estavam lembrados quando aos uns tempos atrás, na Assembleia Municipal, foi aprovada uma moção, que depois foi envidada para as entidades competentes e que na altura até surtiu bons efeitos, como a repavimentação do piso dessa estrada e que a partir daí permitiu uma melhor fluidez no trânsito. Com essa repavimentação não foi possível acautelar a segurança das pessoas que ia circulavam diariamente. Na altura o senhor Presidente da Câmara Municipal transmitiu-lhe que iria fazer tudo para que o projeto inicial fosse concretizado em toda a sua plenitude. Essa promessa começava, agora, a ser cumprida e por esse motivo felicitava o senhor Presidente da Câmara por mais um compromisso assumido e cumprido. -----

-----Deu os parabéns ao senhor Presidente da Câmara, porque estava a meio do seu mandato eleitoral e tem colocado uma dinâmica de progresso no concelho, como todos têm verificado ao longo dos últimos tempos, com as muitas inaugurações que se tem feito pelo concelho. Sem sectarismo, demonstrava que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel via todas as freguesias de igual modo sendo o seu principal interesse o bem-estar de todos os penafidelenses. -----

----- O senhor deputado José Macedo: Registou com alguma satisfação as palavras ali proferidas pelo sr. deputado Coelho Ferreira na última Assembleia Municipal, no que concerne à colocação de passeios em S.ta Marta, na freguesia de Penafiel. Apelou, também o senhor deputado, para que nos



espaços ainda não contemplados, mais precisamente os locais onde ainda existam regos, fossem colocados passeios pedonais, para que numa forma contínua, fosse possível a circulação pedonal na avenida de Sta. Marta e a ligação da localidade à cidade. -----

-----Respondeu o senhor Presidente e passou a citar: "Relativamente aos passeios em Santa Marta referidos pelo senhor deputado Coelho Ferreira, disse que já tinha passeios ainda não tinha tantos como os necessários mas estavam a cumprir com o compromisso ali assumido. Faltava ainda uma parte mas oportunamente ia ficar resolvida oportunamente e Santa Marta ia ficar ligada por passeios até à cidade mais central". -----

-----Ficava grato ao senhor deputado Coelho Ferreira por lhe ter proporcionado, com a sua intervenção, uma resposta dada pelo senhor Presidente, coisa que não consegui em quatro intervenções, com uma recomendação escrita pelo meio, solicitada ao Executivo. Enfim, essa não era a igualdade de tratamento. -----

-----Disse que, aproveitando o embalo, e esperando que tivesse a mesma postura que teve com o senhor deputado Coelho Ferreira, gostaria de questionar o senhor Presidente se tinha ou não respostas relativas à segurança das pessoas das restantes freguesias e lugares do concelho atravessadas pela EN 15, construindo passeios pedonais. E falando de segurança, perguntou para quando a reparação do abrigo de passageiros junto do café Estrela, na freguesia de Croca. -----

-----Relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia, disse que todos tinham consciência das dificuldades de tesouraria que algumas das Juntas de Freguesia tinham, no seu dia-a-dia, para conseguirem pagar a tempo e horas os seus compromissos com fornecedores. -----

-----Uma das responsabilidades que lhe era imputada era a ação social escolar e os apoios sociais a vários aos alunos que frequentam as EBs (1º CEB e JI). Assim, e para não constranger ainda mais os seus exíguos cofres, solicitava ao senhor Presidente que aligeirasse as transferências destas verbas com periodicidade mensal. -----

-----Disse que já há uns anos atrás referiu, em sessão da assembleia Municipal, as condições desumanas em que vivia uma família no Cedro, com falta de condições de habitabilidade, de segurança e de funcionalidade. Entretanto essa família foi mudada provisoriamente, pela autarquia, em novembro de 2013, para a zona habitacional da Fonte da Cruz. -----

-----Recentemente, foi alertado por concidadãos, aí residentes que no lote 5 do referido bairro a parte restante dessa família destruturada, a mãe e um filho profundamente deficiente, vivem em as condições precárias e sub-humanas, configurando-se um caso de saúde pública, e de urgente intervenção das forças de emergência social. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que a CDU subscrevia todos os votos de louvor e pesar apresentados e acrescentavam votos de pesar a todos os cidadãos que faleceram em todas as freguesias do concelho. -----

Ata Sessão Ordinária 30-11-2015

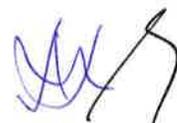
-----Relativamente ao aterro sanitário, disse que era uma luta que a CDU travava já há uns anos a esta parte, e parecia que finalmente começava a dar frutos. Tinham estado no aterro com os senhores deputados da CDU da Assembleia da República e foi-lhes informado que a célula estaria aberta por mais três a quatro anos, e que fecharia de seguida. O tempo necessário para se fazerem os projetos e lançar os respetivos concursos públicos para a construção de um novo aterro sanitário. Entretanto foram informados de tudo o que se passava relativamente àquela questão, e em qualquer altura, assim que necessário, voltariam a intervir no que dizia respeito a esse assunto. Tudo aquilo significava que valia a pena lutar, o aterro sanitário tinha o seu fim à vista, para regozijo para as populações de Rio Mau, Sebolido e Canelas. -----

-----Referiu que as queixas apresentadas à Câmara Municipal deveriam ser taxadas, sempre defendeu em sede de Assembleia Municipal, e por diversas vezes, que as queixas apresentadas pelos munícipes à Câmara Municipal, que a Câmara deveria começar por fiscalizar as propriedades dos queixosos. Referiu um caso simbólico, em que na freguesia de Duas Igrejas foi dada uma ordem de demolição de uma garagem que já existia há cerca de 40 anos, de um proprietário que por três vezes cedeu gratuitamente ao domínio público terreno para alargamento da estrada. Há um processo no tribunal que teve como consequência a demolição e o queixoso que tem situações muito mais graves do que aquela encontrava-se impune. -----

-----Referiu que àquela hora, por exemplo, no mercado da fruta os pequenos comerciantes que se iam abastecer criavam grandes filas, obstaculizando o trânsito naquela zona. A Câmara Municipal tem naquele local um espaço que era um parque de estacionamento onde foram colocadas umas vigas de cimento que impediam o acesso a esse espaço de estacionamento. Teve acesso à planta do loteamento e esse parque de estacionamento não fazia parte do loteamento industrial. Sendo um terreno que pertencia à Câmara Municipal, e porque os comerciantes lhe pediram para colocar a questão, perguntou se havia possibilidade dos referidos comerciantes usarem aquele espaço para estacionarem as suas viaturas enquanto esperavam para abastecer evitando dessa forma as grandes filas que existiam ali diariamente e que dificultavam a circulação do trânsito. -----

----- O senhor deputado Rui Lopes: Disse que quando ouviam nos discursos políticos falar de coesão territorial nem sempre assimilavam a realidade que tal expressão traduzia. A muitos, podia até parecer que não passava duma expressão pomposa, dita para encher e embelezar discursos, mas sem consequência na vivência das populações. -----

-----Mas não era, no município de Penafiel não era. A coesão territorial traduzia-se em muitas ações políticas e em obras que iam sendo realizadas em todas as freguesias do município. Bem sabiam que era difícil agradar a gregos e troianos, que todas as necessidades existentes já deviam ter sido resolvidas ontem. Mas, sabiam também que Roma e Pavia não se fez num dia. -----



-----Senhor Presidente da Câmara, a meio deste mandato, apraz-lhe ver as várias obras que se iam realizando em cada uma das freguesias. Apraz-lhe ver as notícias de inaugurações e de visitas que fazia às freguesias. Apraz-lhe ver que a coesão territorial de que ouviram falar durante a campanha, ou no discurso de tomada de posse do senhor Presidente, não eram meras palavras belas. Eram uma realidade que se constrói caminhando cada dia e não deixando nenhum do território para trás. -----

-----Admita que houvesse caminhadas mais difíceis do que outras e que houvesse companheiros nessas caminhadas mais afáveis e compreensivos do que outros. Admitia até que houvesse quem procure colocar umas pedras soltas a ver se o senhor presidente tropeça ou se lhe bloqueia o caminho e o fazia desviar-se dele. Senhor Presidente, cá estavam para o ajudar, se lhe quiserem bloquear o caminho, contaria com o apoio e ajuda para se manter no caminho certo. -----

-----Sabiam que a crítica das oposições fazia parte do jogo político. Mas algumas não eram justas. Nem justas, nem coerentes e em geral pouco verdadeiras. Entre essas, aquelas que queriam fazer crer que havia discriminação nas freguesias em função da cor política existente nas mesmas. -----

-----As obras realizadas, as que estavam a decorrer ou em fase de projeto nas freguesias com eleitos do PS eram disso prova. Como por exemplo, a Pavimentação da Rua das Agradas – Capela ou a Eletrificação da Marginal de Rio Mau (em fase de conclusão). -----

-----Em Paço de Sousa, o alargamento e pavimentação do caminho que liga a Rua Central de Cadeade à Rua de Sades e a Pavimentação da nova Rua Dr. Fernando Maria Alberto de Seabra – Paço de Sousa. Entre outras. -----

-----A propósito da coesão territorial, referiu o anúncio do novo Posto GNR Paço de Sousa, que não ia servir somente a população daquela freguesia, juntamente com os postos em Penafiel e das Termas de S. Vicente fazia com que o território de Penafiel tivesse a proteção que a população precisava. -----

-----Para a coesão territorial contribuía também os Espaços do Cidadão. Inicialmente foi aprovada a criação de 4 espaços do cidadão do concelho – Termas de S. Vicente, Irivo, Abragão e Castelões (o 1º está já em funcionamento e os restantes estavam em fase de obra), no passado mês de outubro a Câmara Municipal de Penafiel conseguiu junto da AMA – Agência para a Modernização Administrativa, que fossem criados mais 5 espaços do cidadão, desta vez nas freguesias de Croca, Rans, Paço de Sousa, Rio Mau e Rio de Moinhos. Com aqueles espaços conseguia-se que as populações não tivessem de se deslocar permanentemente à sede do concelho, poupava-se à população tempo e despesa em deslocações. -----

----- Referiu também, a descentralização do Plano Municipal Solidário, com 14 IPPS distribuídas por todo o concelho que permitiam que os concidadãos mais carenciados não tivessem de se deslocar à Câmara Municipal evitando os mesmos custos de tempo e de deslocação. -----

Ata Sessão Ordinária 30-11-2015

-----O estudo realizado pela *Bloom* aponta a cidade de Penafiel como o melhor território da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega para viver e visitar e num honroso 16º lugar no território do norte do país. Eram notícias agradáveis, mas não valorizava muito esses estudos. -----

-----Tinham, sobretudo, que manter os pés assentes na terra e não os deixarmos ir em ilusões e facilidades. Sem dúvida que o trabalho realizado no passado, contribuiu para esse resultado, mas será a continuação dum trabalho bem realizado em prol de Penafiel e dos Penafidelenses que trará mais notícias como esta. -----

-----Para a coesão territorial em muito contribui o trabalho partilhado e conjugado entre a Câmara Municipal e as Juntas Freguesias. Para desenvolver essa coesão era fundamental a aprovação do orçamento que ali hoje iam votar. Esse era o instrumento que permitia à Câmara Municipal desenvolver o trabalho que têm realizado na coesão territorial do município de Penafiel. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja: Começou por saudar a senhora vereadora Dr.^a Daniela Oliveira, empossada recentemente, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho das suas funções. -----

-----Disse ter acesso a uma notícia em que dizia que o município de Penafiel estabeleceu uma parceria para receber turistas de um operador turístico que "operava" no Douro e que se irá servir do cais de Entre-os-Rios. Enalteceu a Câmara Municipal de Penafiel pela iniciativa e fazia-se jus àquilo que já era uma mensagem que foi passando do senhor Presidente que tinha antecedido, dr. Alberto Santo, em que dizia que aquela seria uma porta de entrada, em termos turísticos para o Vale do Sousa. Enalteceu também, o trabalho da comunicação social pelo facto de ter dado o acesso à notícia, porque em tempos difíceis para a Junta de Freguesia, tinha utilidade redobrada porque permitia-lhe ter acesso às notícias que iam ocorrendo na sua terra. Lembrou ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que existem estruturas que estão a faltar naquela zona e que seriam um mau cartão-de-visita para os turistas que ali chegariam. Deixava aquele pedido ao senhor Presidente porque já tinha sido falado em algumas sessões da Assembleia anteriores, nomeadamente de edifícios ameaçar ruir e de outras, como a estação de tratamento de águas residuais que ali já tinha sido por diversas vezes abordado. -----

-----Referiu uma iniciativa, que tem sido levada a efeito desde 2006 ininterruptamente, de forma humilde mas muito sentida, o Dia da freguesia de Eja. No passado dia 26 voltou-se a celebrar e na sua sessão solene a personalidade condecorada foi o senhor dr. José Fernando Coelho Ferreira, pelo seu trabalho de investigação em termos históricos, o que levou a um melhor conhecimento da entidade, não só das gentes da freguesia de Eja, mas também de todo o concelho de Penafiel e dos seus concelhos limítrofes. O senhor dr. Coelho Ferreira apresentou também um dos seus trabalhos na sessão em causa, "O caminho-de-ferro de Penafiel à Lixa e Entre-os Rios". Sessão, essa, como não era caso único, não contou com nenhuma representação de elementos da Câmara Municipal de Penafiel dado que no mesmo dia havia um evento de cariz partidário e por esse facto não puderam contar com nenhum dos senhores

Vereadores. Só puderam contar com o senhor Deputado, na altura, da Assembleia da República, dr. Mário Magalhães. Disse que atualmente não podiam arranjar presidência para a sessão solene porque o concelho de Penafiel não conseguiu eleger nenhum deputado e mostrava bem como as estruturas partidárias estavam a olhar para o concelho de Penafiel. Tinham um Chefe de Gabinete do Governo do partido que atualmente lidera o Governo e desde já pedia-lhe, relativamente ao IC 35, para que não deixasse parar o processo. Por fases ou de uma vez só, solicitava à bancada do Partido Socialista que fizesse chegar esse seu apelo ao agora Chefe de Gabinete do senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, senhor deputado Nuno Araújo que estava ausente na presente sessão. -----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Disse que foi com um profundo sentido de serviço ao País e à República, que o Partido Socialista assumiu, diante de todos os portugueses a exigente tarefa de liderar o Governo de Portugal, com António Costa como Primeiro-ministro. -----

-----Num tempo que todos sabemos ser de muitas incertezas e enormes desafios - para o nosso País, mas também para a Europa e para o Mundo - não ignoramos, e portanto não minimizamos, as muitas dificuldades que temos pela frente, nem as restrições que limitam o Governo de António Costa no leque de opções e que condicionarão a sua ação. -----

-----O resultado das eleições legislativas do passado dia 4 de outubro confronta todos os agentes políticos com uma dupla responsabilidade. Por um lado, a todos exige um esforço adicional de diálogo e compromisso, de modo a que seja possível assegurar um governo coerente, estável e duradouro. Por outro, o respeito do sentido claro da votação popular exige que o Governo assuma como sua linha de orientação a mudança das políticas. -----

-----O Governo de António Costa é fruto de um compromisso político maioritário alcançado no novo quadro parlamentar, correspondendo assim à vontade genuinamente democrática que se expressa no Parlamento diretamente eleito pelos cidadãos; por outro lado, perfilha um programa claramente apostado no virar de página da austeridade, e orientado para mobilizar Portugal e os Portugueses num triplo propósito: mais crescimento, melhor emprego e maior igualdade. -----

-----Vale a pena lembrar que o Parlamento livremente eleito pelo povo é tão plural quanto quem o escolheu. Da mesma maneira que numa eleição todos os votos contam, também contam todos os mandatos parlamentares, quer para efeito de representação, quer para efeito de governação. A democracia portuguesa ficou demasiado tempo refém de exclusões de facto, que limitavam o leque de soluções políticas possíveis e defraudavam o sentido do voto de boa parte dos nossos concidadãos. -----

-----A solução política que viabiliza este Governo valoriza o pluralismo parlamentar, diversifica as alternativas ao dispor dos portugueses, enriquecendo a democracia portuguesa e inspirando toda Europa a um novo rumo político, económico e social. -----

-----Essa inspiração vem da esquerda política portuguesa. -----

-----E este é um Governo muito diferente do Governo da direita. -----



Ata Sessão Ordinária 30-11-2015

-----Quatro anos depois de 2011, os desequilíbrios macroeconómicos estão muito pior. A dívida pública aumentou de 108% para 130% do PIB, a dívida externa líquida de 82% para 105%. A direita subiu ao poder prometendo ajustar os desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa, mas conseguiu apenas empobrecer o país, deprimindo a produção e fazendo alastrar as falências e o desemprego. -----

-----Nos últimos dias, ficámos a saber que o défice orçamental foi de -7,2% em 2014 e de -4,7% no primeiro semestre de 2015, que o défice externo regressou assim que o travão da austeridade foi temporariamente suspenso por motivos eleitoralistas e que a poupança das famílias caiu para o nível mais baixo de sempre. Défice externo, défice público, endividamento, emigração e desemprego generalizados: não houve qualquer ajustamento, apenas empobrecimento. -----

-----Mas a parte mais nefasta da governação da direita não foi sequer o desastroso desempenho macroeconómico numa legislatura em que a emigração regressou aos níveis da década de 1960 e em que o investimento regrediu 30 anos. Pior – muito pior - do que isso foi a forma como este governo transformou Portugal num país muito mais desigual e muito menos decente para benefício de uns poucos. -----

-----Como repercutiu sobre os mais pobres e a classe média a maior parte dos impactos da crise ao mesmo tempo que o número de milionários não cessava de aumentar. -----

-----Como alterou o IRS, reduzindo o número de escalões, de modo a torná-lo deliberadamente menos progressivo e mais propenso ao aumento da desigualdade. -----

-----Como colocou a generalidade dos trabalhadores a trabalhar mais horas por dia e mais dias por ano a troco de salários mais baixos, de modo a transferir rendimentos para os detentores de rendimentos de capital. -----

-----Como cortou pensões e retirou apoios sociais aos mais pobres, aos desempregados, aos reformados e aos pensionistas. -----

-----Como atacou e esvaziou a saúde e a educação públicas, comprometendo o presente e o futuro dos portugueses. -----

-----Como aumentou a carga fiscal de forma iníqua e injusta, agravando brutalmente o IRS e o IVA ao mesmo tempo que reduzia o IRC. -----

-----Como privatizou quase tudo o que havia para privatizar – resta a Caixa-Geral de Depósitos e pouco mais – por montantes irrisórios, fazendo com que os portugueses sejam adicionalmente penalizados enquanto consumidores em resultado dos aumentos dos preços de bens e serviços essenciais. -----

-----E enganaram os portugueses. As provas vãs de 2011, repetiram-se para os mais esquecidos em 2015. Recordem-se agora a 5 dias das eleições, a Coligação Portugal à Frente – uma candidatura sem

programa eleitoral, atirou aos portugueses a devolução de 35% da sobretaxa de IRS, vindo logo após as eleições dizer que era muito pouco provável qualquer devolução. -----

-----O sonho da direita revelou-se o pesadelo da maioria dos portugueses. Felizmente uma larga maioria dos votantes do último dia 4 de Outubro decidiu pôr fim a este caminho, querendo garantias que irrefutavelmente não podem ser dadas por um governo PSD/CDS-PP. -----

-----O Governo de António Costa, esse é de garantia.-----

-----Da garantia fundamental e primeira de um Estado de Direito Democrático, o respeito pela nossa lei fundamental, a Constituição da República Portuguesa. -----

-----Da garantia da continuidade do Estado nos seus compromissos internacionais e no quadro da União Europeia.-----

-----Este é, portanto, o tempo da reunião. Não é de crispação que Portugal carece, mas sim de serenidade. Não é altura de salgar as feridas, mas sim de sará-las. O bom conselheiro desta hora não é o despeito ou o desforço, mas a determinação em mobilizar as vontades para vencermos os desafios que temos pela frente.-----

-----Não progrediremos com radicalizações. E estamos certos que a conduta do XXI Governo pautar-se-á pela moderação. Moderado será o seu programa, realizando uma alternativa à vertigem austeritária, que só agravou os problemas económicos, sociais e mesmo orçamentais; mas será uma alternativa realista, cuidadosa e prudente.-----

-----E como disse António Costa, o nosso Primeiro-ministro de Portugal: "É para servir Portugal que aqui estamos. Essa, aliás, é mesmo a nossa única razão de ser: Portugal."-----

----- **Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter a votação e deliberação das propostas, moções, os votos de pesar e louvor acima transcritos.** -----

-----Os votos Louvor e os votos de Pesar foram subscritos por todos os presentes.-----

-----Posto à votação, os votos de Louvor foram aprovados por unanimidade.-----

-----Posto à votação, os votos de Pesar, foram aprovados por unanimidade, e guardado um minuto de silêncio em memória dos insignes cidadãos.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, como primeiro subscritor da petição pública que foi apresentada na Assembleia da República em 2011 sobre a questão do IC 35, em que cerca de mais de 10 mil cidadãos solicitavam à Assembleia da República que debatesse aquela questão no sentido de se recomendar ao Governo a construção do IC 35 na sua totalidade no concelho de Penafiel, informou que tinha sido notificado que a mesma será levada a debate na Assembleia da República para apreciação na reunião plenária de 11 de dezembro de 2015, pelas 10 horas. Se alguém estiver interessado a acompanhar esse debate, estava convidado e agradecia que desse a devida nota para que se promovesse

Ata Sessão Ordinária 30-11-2015

a presença naquela sessão plenária. Era sua obrigação pessoal, enquanto primeiro subscritor dar em primeira mão nota e informação daquela circunstância uma vez que era um assunto que interessava a todos e com certeza que era mais uma força, se assim o Parlamento o decidir, no sentido daquele importante melhoramento no concelho de Penafiel viesse a ser construído em toda a sua extensão como era o desejo de todos.-----

----- **1.º Ponto – Aprovação da Ata da sessão anterior;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- **2.º Ponto — Apreciação da informação escrita do Ex. mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu: -----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Disse que na informação escrita não constava qualquer tipo de tomada de decisão ou deliberação a propósito da questão urgente na zona envolvente ao pavilhão gimnodesportivo de Galegos, bem como na zona envolvente ao centro de saúde, que se encontravam em muito mau estado. Tinha conhecimento que o senhor Presidente da Associação para o Desenvolvimento de Galegos apresentou um requerimento há vários meses à Câmara Municipal mas ainda não tinha obtido qualquer resposta. Esperava ver na próxima Informação Escrita do senhor Presidente a resolução desse problema.-----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que a CDU queria prestar o seu reconhecimento pelo movimento da atividade cultural, ocupação dos tempos livres pelos jovens, teatro, museu, desporto e Escritaria, reconhecimento, esse que a CDU fazia há muitos anos ao atual executivo e aos executivos anteriores.-----

-----Disse que as freguesias foram extintas, nem o país nem o concelho de Penafiel tinha ganho nada com esse facto e achavam que esta era a altura de começarem a pensar em reativar ou voltar a terem as freguesias que tinham sido extintas.-----

-----Queria também fazer o reconhecimento do registo na exposição da Penafiel Ativa EM, quando referia o seguinte " *Desenvolver processo do RVCC escolar, em zona geográfica definida em protocolo, nomeadamente Abragão, Bustelo, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Guilhufe, Irivo, Lagares, Marecos, Milhundos, Novelas, Paços de Sousa, Penafiel, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Santa Marta, Santiago de Subarrifana Urrô e Vila Cova, disponibilizando para esse fim meios físicos e humanos capazes de dar resposta às necessidades existentes.*" Disse que havia muitos mais documentos onde também era referida o nome das freguesias acima referidas, o que significava que a Câmara Municipal reconhecia que essas freguesias não "morreram" e podiam ser "ressuscitadas". Informou que

havia um processo, que da parte da CDU já estava em movimento, e que ia ser apresenta na Assembleia da República, tal como ia a construção do IC 35, ao Governo que tinha acabado de ser empossado. -----

----- O senhor deputado José Macedo: Disse que se congratulavam com a modernização das Escolas EB (do 1º ciclo e Jardins de Infância). Achavam inteligente que tivessem aproveitado a política de educação seguida pelo anterior Governo Socialista liderado pelo Eng.º Sócrates e pela Ministra de Educação de então, a Dr.ª Maria de Lurdes Rodrigues. -----

-----No entanto, não podiam tolerar que a qualidade dos estabelecimentos de ensino do concelho, funcionasse a três velocidades. Tinham escolas xpto, com todas as valências, com espaços atrativos e confortáveis, com mobiliário ergonómico, com tecnologia de ponta, espaços desportivos, etc. Tinham também, escolas remediadas, com o mínimo de conforto e condições razoáveis de funcionamento, isto era, com carências várias mas funcionais. Tinham ainda escolas terceiro mundistas onde não havia água quente, onde a humidade predominava por todo o estabelecimento, configurando-se como potencial local fomentador de doenças. Onde havia sinais visíveis de forte degradação exterior e interior, onde as crianças almoçavam e lanchavam num pseudo-refeitório, onde o frio grassa e o desconforto era excessivo. Os vidros estavam partidos e as persianas não funcionavam, e pasme-se, onde o aquecimento não existia, visto que a Câmara Municipal se recusava a pagar a lenha. Se não fosse a boa vontade da Junta de Freguesia as crianças aprenderiam num cenário desumano quando, ali, bem perto, havia crianças com todo o conforto e condições. Por coincidência (ou não) a freguesia em causa, tinha duas escolas nessa situação. Os seus colegas docentes alertaram-no para aquela situação e acham-se discriminados e, essencialmente, acham que as crianças que ali aprendiam não o merecem. Por coincidência, tem conhecimento, que na freguesia em questão, existe muitas ruas com falta de iluminação pública, sendo assustadora a escuridão que se verificava nos dias de hoje. Por coincidência ou não, acreditava que não era coincidência, essa freguesia tem um executivo do PS. -----

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: De facto o governo do senhor Eng. José Sócrates deixou um ensino de excelência e considerava-o tão excelente que o próprio acabou por ir para Paris tirar uma formação em filosofia, porque o ensino em Portugal e a sua excelência não lhe deveriam dizer grande coisa. Contudo, gostava de saber exatamente e com clareza, porque não acreditava em coincidências nem em autogestão, quais eram as escolas XPTO e freguesias que o senhor deputado José Macedo estava a referir, para poder perceber se estava ou não de acordo. -----

----- O senhor deputado José Macedo: Respondeu à senhora deputada Hermínia Magalhães dizendo que um exemplo de uma escola XPTO e que foi idealizada pelo Eng.º Sócrates e pela Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues é a escola onde a senhora deputada trabalha e integra a direção -- a escola Secundária de Penafiel. -----

-----As escolas EB carenciadas a que se referiu são as escolas básicas de Pedrartil e escola básica de Croca. -----

Ata Sessão Ordinária 30-11-2015

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Começou por referir a Escritaria, em que a edição deste ano contou com a presença do escritor Mário Cláudio, como homenageado. Evento de grande sucesso do ponto de vista da sua ação em concreto, das várias manifestações que tiveram lugar, quer em conferências, quer as ações do teatro de rua, exposições, as obras que inauguraram, como por exemplo a obra das silhuetas dos vários escritores homenageados. Foi de facto uma grande Escritaria, mas também do ponto de vista externo, porque teve uma grande cobertura mediática, com muitos minutos de tempo de antena em todas as televisões nacionais, com presença nos vários órgãos de comunicação social nacionais e locais. Se se pudesse contabilizar, do ponto de vista do valor económico, todo o tempo de antena que o concelho e a cidade de Penafiel tiveram, por via deste festival literário, fariam de números acima de um milhão de euros de tempo de antena. Tempo de antena, esse, pela positiva e em informação. Foram atingidos todos os objetivos na edição deste ano da Escritaria e portanto tinham de começar já a trabalhar para a edição do próximo ano porque um dos marcos da agenda cultural não só do concelho de Penafiel, mas a nível nacional.-----

-----Relativamente à intervenção que estava a decorrer EN 15, entre a rotunda do Abraço do Povo e a ponte das Coutinhas, disse que se iniciou dentro do prazo previsto e estava a decorrer a um ritmo positivo e era de grande satisfação que no consórcio que ganhou aquela obra e que a estava a executar, estava presente uma empresa do concelho de Penafiel. Acreditavam que aquela obra ia traduzir-se numa grande melhoria, não só da acessibilidade em toda aquela área do território mas também de requalificação de todo aquele espaço na medida em que além da duplicação de vias que estavam previstas, das rotundas que iam ser executadas, dos passeios com que iam ser dotadas, como outras questões que iam ser resolvidas como a das águas pluviais e iluminação. Era uma grande intervenção e seguramente ia valorizar muito aquela zona do concelho de Penafiel.-----

-----Relativamente à EN 15 na parte mais a norte, disse que era uma obra que estava na fase final de execução. Uma obra que teve um orçamento muito esmagado e que pelo facto de se desenvolver numa grande extensão (Amarante/Penafiel), não podia prever a execução de passeios em toda a sua extensão. Foram executados passeios nas zonas de maior pressão de circulação pedonal, acreditavam que havia algumas situações que era preciso melhorar e naturalmente iam continuar articular com as Infraestruturas de Portugal para que essas situações, mais de detalhe, pudessem agora continuar a ser concretizadas para que a obra ficasse bem e servisse a todos os concidadãos.-----

-----Quanto à situação concreta de um abrigo de passageiros, referida pelo senhor deputado José Macedo disse que visto as centenas de abrigos de passageiros que existem pelo concelho, disse não saber em concreto e em cada momento como é que se encontrava cada um, mas o senhor Vereador com o Pelouro dos Serviços Gerais tomou a devida nota e ia assegurar que iria ser reparado tão breve quanto possível.- -----

-----No que concerne à notícia que saiu no jornal sobre a família que estava alojada num apartamento do bairro da Fonte da Cruz, disse que foi por ação da Câmara Municipal que aquela família foi retirada da casa que habitava que não possuía condições de salubridade para acolher aquele agregado e foi realojada numa habitação do município onde não pagava renda, água nem luz. Estava a ter todo o apoio disponível da parte da ação social da Câmara Municipal mas havia questões que não eram do domínio do município porque não tinha intervenção, por exemplo num eventual internamento do filho da senhora D. Ormindá que tinha um problema de saúde grave e complexo e que implicava uma ação das autoridades de saúde. Esperava que as outras entidades assumissem também as suas responsabilidades. Assegurava que não era por falta, nem de ação, nem de interpeção da Câmara Municipal. Iam continuar a insistir para que a situação tivesse o acompanhamento que devia ter.-----

-----Quanto ao aterro sanitário de Rio Mau, disse que todos sabiam que recentemente teve a visita do senhor deputado da Assembleia da República, Dr. Jorge Machado e que foi transmitida a informação que o senhor deputado Jesus Ferreira tinha transmitido na sua intervenção. Contudo, não tinha acrescentado nada ao que tem dito recorrentemente na Assembleia Municipal. Não tinham nenhuma intenção de ampliar o aterro sanitário de Rio Mau, o que pretendiam era que, enquanto tivesse condições de servir para a sua função continuaria, quanto mais ele durar mais diluído era o investimento, agora, o que pretendiam e estavam a trabalhar nesse sentido era, quando ele se mostrar exaurido na sua capacidade, que houvesse alternativa e que essa alternativa fosse de acordo com o compromisso assumido no município de Paredes. Era isso que se pretendia e estava devidamente previsto e foi isso que foi transmitido quando dessa visita.-----

-----Relativamente à questão abordada na freguesia de Duas Igrejas, de um processo queixa, sobre uma obra não licenciada que depois originou uma demolição, disse que não tinham nenhum gosto em promover demolições, era sempre uma situação constrangedora, quer para a Câmara Municipal quer para quem estava envolvido nessa mesma situação. O facto daquela obra estar feita alegadamente há 40 anos, não resolvia porque não há legalização por via de usucapião e portanto o decurso do tempo não teve consequência no sentido de regularizar a construção. Compreendia que era constrangedor na medida que as cedências de terreno que foram feitas ao domínio público podiam ter permitido o licenciamento da obra. Disse que se viu confrontado com uma decisão judicial que dizia de forma objetiva que, ou a demolição era feita ou o senhor Presidente da Câmara pagaria uma multa de 50 euros por dia do seu próprio bolso. Numa circunstância daquelas não teve alternativa e teve que cumprir a Lei, mesmo quando identificava algum sentido de injustiça. Relativamente ao queixoso e à circunstância que o senhor deputado referiu, de ter algumas situações de ilegalidade, disse que essas situações estavam também devidamente identificadas, estavam a decorrer procedimentos; e podia antecipar que o desfecho, pois não via alternativa que não fosse semelhante ao do seu vizinho.-----

-----Em relação ao estacionamento junto ao mercado abastecedor, na zona industrial, disse que efetivamente havia um estacionamento, naquele momento não estava a ser utilizado, porque primeiro, estava a ser utilizado para estaleiro pela empresa que fez a obra de requalificação no acesso da zona industrial. Naquele espaço de parque, o plano de pormenor determinava que esteja afeto aos lotes do meio. Pediu ao senhor deputado Jesus Ferreira que visse com detalhe e pormenor o documento e concluirá daquela forma. No entanto a informação que tinha era que aquele espaço ia ser arranjado e aberto a estacionamento a quem o pretendesse utiliza. Mas do ponto de vista formal, a informação que tinha dos serviços era que aquele estacionamento estava afeto aos lotes do meio. Mas o senhor Vereador que tutela o pelouro estava disponível para esclarecer aquela questão.-----

-----Quanto os espaços do cidadão, o trabalho que tem sido desenvolvido no concelho de Penafiel para criar uma maior coesão em todo o território, em que o principal objetivo é que todos os concidadãos, independentemente de viverem mais ou menos distantes de sede do concelho pudessem ter no essencial as mesmas condições de acesso à qualidade de vida e a todo aquilo o município de Penafiel pudessem disponibilizar. Têm feito um esforço grande no sentido de desenvolverem e executarem obras um pouco por todas as freguesias, têm procurado também, no domínio dos espaços do cidadão esses equipamentos estivessem em todo o território, como uma cobertura o mais transversal possível e tem estado a celebrar protocolos, como os que recentemente celebraram com 5 IPSS,s do concelho para que as medidas do Plano Municipal Solidário pudessem ser solicitadas junto dessas instituições para que não fosse necessário, para quem estivesse numa dessas situações, já por si de grande fragilidade e de grande carência, tivesse que fazer um esforço maior para vir junto da Unidade da Ação Social da Câmara Municipal solicitar esses apoios. O esforço estava a ser significativo para que os munícipes tivessem uma igualdade de acesso a todas essas prerrogativas, quer do ponto de vista dos documentos da Administração Central e Local, quer do ponto de vista dos apoios sociais que eram muito importantes porque se dirigiam a quem era mais fragilizado. Esse trabalho só tem sido possível com a colaboração e articulação muito próxima com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia que tem feito juntamente com a Câmara Municipal o caminho de desenvolvimento do território e com as IPSSs que também têm estado disponível para colaborar naquele projeto de descentralização ainda que signifique mais esforço para cada uma dessas instituições e que têm estado a fazê-lo de forma desinteressada. Disse que para o Executivo em funções não havia Presidentes de Junta de Freguesia nem da Coligação, nem do PS nem Independentes, para si havia sim, Presidentes de Juntas de Freguesia do concelho de Penafiel e isso é que era importante. Jamais faria, por exemplo o que fizeram os senhores vereadores do PS aquando a discussão Plano e Orçamento, em que entregaram uma proposta com várias obras para acrescentar ao Plano e que se ficavam apenas em 8 freguesias do concelho de Penafiel, ou seja freguesias do Partido Socialista. Disse que procurava que todos fossem tratados de igual forma e que todos tivessem o mesmo tipo de apoio nas obras que se vão executando por todo o concelho de Penafiel.-----



-----Relativamente à intervenção do senhor Presidente da junta de Freguesia de Eja, disse que de facto foi possível assinar o protocolo com a CroisiEurope, um dos operadores da navegabilidade do Douro, foi o concluir de um processo de algum tempo de trabalho com os vários operadores, no sentido de trazer os cruzeiros também à cidade de Penafiel. Não bastava que o rio Douro fosse diariamente percorrido de dezenas de barcos que levavam muitos turistas e era preciso que alguns deles viessem ao concelho e à cidade de Penafiel e contribuam para a economia local e com a sua presença contribuir para uma maior dinâmica da cidade. De facto aquele primeiro protocolo estava já em curso e a correr bem, acreditava que iam ter muitos outros para puderem também celebrar e trazer mais gente ainda ao concelho de Penafiel. Era verdade que o senhor Presidente da Junta de Freguesia soube da notícia pela comunicação social, de facto foi feita uma conferência de imprensa precisamente para dar a conhecer esse protocolo. Disse que também soube pela comunicação social – jornal Imediato, que o senhor Presidente da Junta ia ter para breve um investimento de cerca de 5 milhões de euros para a sua freguesia e portanto também ficou satisfeito por saber dessa notícia. -----

-----Informou de que tinha já fixado também, um protocolo com a APDL que ia financiar a obra que todos pretendiam ver executada no cais de Entre-os-Rios de melhoria dos balneários, das casas de banho e colocação de um equipamento multibanco, também importante para se poder receber adequadamente todos esses turistas que começava agora chegar em força ao concelho de Penafiel. -----

-----Quanto à intervenção do senhor deputado Luís Guimarães, intervenção essa de âmbito nacional, retinha a esse propósito a referência que o senhor deputado fez à *crispação*, esperava que a sugestão da *crispação* fosse também trazida para esta Assembleia Municipal, porque também precisavam de serenidade para trabalharem pelo concelho de Penafiel. -----

-----Relativamente à questão do pavilhão ginnodesportivo de Galegos, disse que essa situação estava a ser resolvida, não era uma situação de risco na medida que aquela não era uma zona de circulação de utentes e por isso não havia esse risco, mas estava a sinalizada e a ser resolvida, não constava na informação porque achavam que não tinha dignidade para constar da informação. A questão do centro de saúde era diferente, iam efetivamente entrar num consenso com a Associação de Desenvolvimento de Galegos, para que numa parceria pavimentarem aquela área envolvente. A Associação tem arrendado aquele espaço à ARS para funcionar a unidade de saúde, recebe uma renda mensal por essa mesma utilização e portanto também faz sentido quem recebia a renda também ajudasse a pagar as obras. -----

-----Relativamente à questão da reorganização das freguesias referidas pelo senhor deputado Jesus Ferreira, disse que não sabia se essa era uma das questões que o PCP colocou no acordo secreto que fez com o PS, mas acreditava que fosse uma das questões que lá ficou devidamente vincada para poder viabilizar o Governo do dr. António Costa. -----

Ata Sessão Ordinária 30-11-2015

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado José Macedo disse que se havia um tema que para o seu Executivo era essencial e prioritário era o tema da educação e era por isso que hoje, se orgulhavam de ter um parque escolar moderno, requalificado que nos últimos 14 anos teve um investimento de cerca de 25 milhões de euros. Desafiava a dar-lhe um exemplo de um município da região que tivesse feito tanto investimento de requalificação no seu parque escolar. Disse que não iam ficar por ali, porque já tinham assumido em diferentes fóruns que queriam continuar, até que todos os alunos do concelho de Penafiel tivessem igualdade oportunidades e igualdade de acesso à educação em cada uma das escolas. Sabiam que trabalho não se fazia sem o tempo necessário e tinham no Plano de Atividades várias obras planeadas para intervenção no parque escolar. Ainda recentemente, com a senhora Presidente de Junta de Freguesia de S. Mamede de Recezinhos, concertaram que no próximo ano iam trabalhar na freguesia de S. Mamede na requalificação da escola. Não estava previsto, não tinha sido esse o entendimento da senhora Presidente da Junta mas entretanto refletiu melhor e entendeu que devia ser essa a prioridade a definir para a sua freguesia e é isso que vai acontecer e o mesmo ia acontecer com aquelas que estavam ainda por requalificar.-----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Pediu ao senhor Presidente da Câmara Municipal se os esclarecia e se partilhava da opinião que ali tinha sido expressa por um senhor deputado da Coligação e abordada na intervenção do senhor Presidente, de que a oposição só sabia denegrir o Executivo e faltando à verdade das questões que eram colocadas. Queria pedir esse esclarecimento porque não tinha intervindo quando o senhor deputado fez a intervenção, porque achou que em moldes gerais não merecia reparo nem resposta, mas com a intervenção que o senhor Presidente fez queria que fosse confirmado. Porque da listagem que o senhor deputado tinha mencionado, via em pelo menos duas, em que realmente a Câmara alterou o caminho que estava a levar por intervenção e chamada de atenção do partido Socialista. São elas os primeiros espaços do cidadão que cá tinham chegado, e não diziam isso para denegrir imagens ou faltar a verdade, mas o que o PS disse, quando os primeiros espaços do cidadão foram propostos, disseram que não fazia sentido pois era uma distribuição que não se percebia. Chamaram atenção porque o papel da oposição era esse, a Câmara repensou, chegou à conclusão que a distribuição realmente não estava correta, independentemente da freguesia que foi, e fez essa correção. O mesmo se tinha passado com as IPSS's, aquando uma proposta de um acordo com uma IPSS próxima da cidade de Penafiel, presente na Assembleia Municipal, interveio e propôs que se tirasse o facto dos cidadãos de Abragão ou Rio Mau se deslocarem de tão longe. Sendo assim, custava ouvir que a oposição só sabia denegrir a ação da Câmara quando não era verdade, apenas faziam o seu papel de questionar opções, e construtivamente dar sugestões. O aterro sanitário era uma situação semelhante. Por isso, gostavam de ser esclarecidos se naqueles três pontos concretos se estava demonstrado que a atividade do PS como oposição era denegrir a imagem da Câmara Municipal ou faltar à verdade.-----



----- O senhor vereador Fernando Malheiro: Para defesa da honra disse que o que ia ali estava a ser discutido e o que estava em causa era o Orçamento que o senhor Presidente tinha proposto à Câmara Municipal e não as propostas que os senhores vereadores do partido Socialista apresentaram à Câmara Municipal de Penafiel. Contudo tinha todo o gosto em falar das propostas que o PS tinha apresentado e dizer ao senhor Presidente da Câmara que não tinha percebido nada do que foram as propostas apresentadas pelo PS. O que o PS dizia no seu documento era que, depois de ouvir variadíssimas juntas de freguesia tinha um conjunto de ideias sobre um conjunto de aspetos que ia passar a enumerar: por exemplo ao nível da educação o PS não se reportava à freguesia *A, B, C* ou *D*, dizia-lhe com muita clareza que a maioria no Executivo teve uma política nos últimos anos errática relativamente aquilo que eram as opções tomadas no concelho para a educação, e que esse facto teve como consequência que Penafiel tivesse uma *educação* a duas velocidades. Foi inaugurada e muito bem, por exemplo nas Termas de S. Vicente uma escola, onde entre os vários encómios que o senhor Presidente tinha referido a si próprio, dizendo que era mobiliário do mais moderno que existia, mas sabia que esse mobiliário, do mais moderno que existia, só existia para alguns. E foi isso o que constava na proposta do PS e apelaram, inclusive, que fossem tomadas medidas, por exemplo, ao nível do mobiliário e informática para que todas as escolas do concelho de Penafiel tivessem as mesmas condições, ou seja, os senhores vereadores do PS estavam preocupados com o todo, e empenhados em defender um concelho equilibrado e coeso. Como tinha já referido na reunião de Câmara Municipal, essa era a proposta da Comissão Política do Partido Socialista e que naturalmente, fizeram chegar aos seus vereadores. O conjunto de propostas que eram identificadas como para a freguesia *A, B, C* ou *D* e não tinham problemas em afirma-lo, porque as afirmavam com orgulho, mas o projeto que apresentaram era para o concelho e que envolvia naturalmente todas as freguesias do concelho. Esperava que o senhor Presidente da Câmara Municipal reconhecesse esse facto e assim ficava feita a correção se entendesse que não era assim como tinha acabado de dizer, só podia dizer que o senhor Presidente estava a ser desonesto intelectualmente em relação àquele assunto. -----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Perguntou se o senhor Presidente da Câmara se lembrava de um compromisso assinado com a Associação para o Desenvolvimento de Galegos, aquando o dr. Marco António Costa, esteve presente na assinatura desse mesmo compromisso. Porque o que o senhor Presidente tinha dito na sua intervenção era que deviam ser os Galeguenses a pagar as despesas dos problemas que existiam naquela freguesia. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja: Disse que na última sessão da Assembleia Municipal questionou, aquando a discussão da ARU, se estaria a articular essa ARU com um investimento que estava em discussão pública sobre a alçada da Dólmen, que se designava como pivô, se era o mesmo investimento que tinha referido, como constava na ata. Se os 5 milhões eram os mesmos que tinha lido, depois da intervenção do senhor Presidente como constava na ata, porque se for outro, saía daquela sessão com o ego em alta. -----

Ata Sessão Ordinária 30-11-2015

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Esclareceu o senhor vereador Fernando Malheiro que não houve da sua parte nenhum intuito nem nenhum objetivo de colocar em causa a honra dos senhores vereadores do PS, pois não tem sido esse o timbre nem a relação de trabalho autárquico. Apenas fez ali uma referência que provavelmente iria ser feita aquando a discussão do PPI, mas proporcionou-se porque se estava a falar de coesão territorial, de obras por todo o concelho e no decurso da conversa surgiu essa referência. Contudo, aquilo que ali tinha dito era verdade, apenas com uma correção, pois não foram os senhores vereadores do PS que apresentaram a proposta mas sim o Partido Socialista, mas concluía que a proposta era sufragada pelos senhores vereadores do PS. Efetivamente o documento tinha algumas das generalidades que o senhor Vereador tinha referido mas no que dizia respeito a investimento por freguesia era aquilo que ali estava, pois não disse nada diferente. O senhor Vereador não se devia sentir constrangido por ter partilhado com a Assembleia esse facto que aconteceu em reunião de Câmara porque se tinha proporcionado fazer aquela referência. -----

-----Esclareceu o senhor deputado Couto Barbosa que em nenhum momento quis dizer, nem disse que o Partido Socialista vem ali denegrir a imagem do Executivo, certamente foi mal-entendido, por vezes tinham pontos de vista diferentes. -----

-----Relativamente ao espaço logradouro da unidade de saúde de Galegos era da Associação para o Desenvolvimento de Galegos referido pelo senhor deputado Luís Guimarães, esclareceu mais uma vez que não podiam fazer uma intervenção sem pelo menos terem um protocolo que permitisse fazer essa intervenção, sob pena de puderem vir a ser penalizados por essa circunstância. Portanto não dizia que eram os galeguenses que tinham que pagar a obra porque também não eram os galeguenses que recebiam o dinheiro da renda da unidade de saúde. Tinha que haver um documento que titulasse essa intervenção. -----

-----Esclareceu o senhor Presidente da junta de Freguesia de Eja que dizia o seguinte na notícia: "*Nas intervenções da sessão, António Guedes, Presidente da Junta de Freguesia de Eja, disse aos presentes que poderá estar para breve um investimento de 5 milhões de euros para a freguesia, nomeadamente para a zona Ribeirinha.*" Portanto estava correto o que tinha dito. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja: Dado que tinha feito uma interpelação ao senhor Presidente da Câmara Municipal e o mesmo não fez o que lhe foi solicitado, disse que apenas queria comunicar que na próxima sessão da Assembleia Municipal iria ler parte da ata que tinha sido aprovada, da última sessão da Assembleia Municipal, na qual o senhor Presidente tinha confirmado a articulação que estava a haver relativamente à ARU e à Dólmen para que depois tivesse dito o que disse no jornal. -----

----- **3.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de repartição de encargos e consequente assunção do compromisso plurianual referente a "Loteamento da Zona Industrial de Recezinhos – Infraestruturas da 2ª Fase", nos seguintes termos: Ano de**



2015: 106.000,00€; Ano de 2016: 1.618.180,57€, para efeitos do disposto na alínea c), do n.º1, do artigo 6.º, da Lei 8/12 de 21 de fevereiro; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu:-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

4.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de minuta do contrato administrativo de cedência gratuita de utilização de bem público municipal, a celebrar entre o Município de Penafiel e a Freguesia de Boelhe, relativo à cedência de um edifício escolar, outrora destinado ao ensino básico do 1º ciclo, com logradouro, com a área coberta de 425,00m2 e descoberta de 2.157,65m2, inscrito na matriz sob o artigo 752 e parte do prédio urbano descrito na CRP sob o nº 000243, sito no Lugar de Carvalhinhas, Freguesia de Boelhe, Município de Penafiel, para os efeitos previstos na alínea j), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu: -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

5.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de minuta do contrato administrativo, a celebrar entre o Município de Penafiel e a Freguesia de Canelas, relativo à cedência dos seguintes edifícios:- edifício escolar de um piso, outrora destinado ao ensino básico do 1.º ciclo, com logradouro, área coberta de 331m2 e descoberta de 648m2, inscrito na matriz sob o artigo 906 e parte do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 01685, sito no Lugar de Cestelo, freguesia de Canelas, município de Penafiel; - edifício escolar de um pavimento com logradouro, área coberta de 171m2, e descoberta de 1.179m2, inscrito na matriz sob o artigo 916, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 01819, sito no Lugar da Igreja, freguesia de Canelas, município de Penafiel, para os efeitos previstos na alínea j), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu: -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

6.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de minuta do contrato administrativo, a celebrar entre o Município de Penafiel e a Freguesia de Irivo, relativo à cedência dos seguintes edifícios: -----

- edifício escolar de dois pisos, outrora destinado ao ensino básico do 1.º ciclo, com logradouro, área coberta de 328,00m2 e descoberta de 2.412,90 m2, inscrito na matriz sob o artigo 986 e parte do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 01001, sito no Lugar de Avinhó, freguesia de Irivo, município de Penafiel; -----

- edifício escolar de um piso, outrora destinado ao ensino básico pré-escolar, área coberta de 474,10m², inscrito na matriz sob o artigo 988 e parte do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 01001, sito no Lugar de Avinhó, freguesia de Irivo, município de Penafiel; -----

- edifício escolar de um piso, outrora destinado ao ensino primário, com logradouro, área coberta de 210,10m² e descoberta de 1.125,00 m², inscrito na matriz sob o artigo 997 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 01008, sito no Lugar de Coreixas, freguesia de Irivo, município de Penafiel; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **7.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de minuta do contrato administrativo, a celebrar entre o Município de Penafiel e a Freguesia de Rio Mau, relativo à cedência, a título gratuito, dos seguintes equipamentos municipais: um palco, o edifício de biblioteca e sanitários, integrados no prédio misto inscrito na matriz, a parte urbana sob o artigo 277 e a rústica sob o artigo 287, descrito na CRP sob o nº 599/Rio Mau, para os efeitos previstos na alínea j), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu: -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **8.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos da alínea a), n.º 1, do artigo 25 º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;**-----

Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Deu nota que estava a ser proposto uma revisão orçamental e uma revisão ao PPI num valor de cerca de 7 milhões de euros, num orçamento que andou no ano transato, em estimativa, próximo do ano em curso por volta dos 59 milhões de euros e que na verdade ia ter uma execução similar à dos anos anteriores de por volta dos 35 milhões euros. Estava-se a fazer uma revisão em que retiravam 7,9 milhões de euros, que ia bater na questão que a seguir ia abordar aquando a discussão do orçamento mas queria dar nota porque à semelhança das restantes revisões a menos da aplicação de resultados, o Partido Socialista não entendia porque aparecia aquela quantidade de obras mexidas no PPI e de valores retirados do orçamento pelo que se iam abster como o tinham feito em praticamente todas as revisões. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 17 abstenções.

----- **9.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Penafiel, respetiva Tabela, bem como a respetiva fundamentação económico-financeira do valor das taxas municipais do Município de Penafiel, para os efeitos previstos na alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que aquele era um documento muito extenso, não era de fácil análise, contudo verificava-se que as taxas iam manter-se exatamente iguais às taxas praticadas até à data. Por uma questão de coerência, porque a CDU defendiam que algumas das taxas eram demasiado altas e deveriam baixar iam votar contra naquele ponto.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 16 abstenções e um voto contra.-----

----- **10.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Mapa do Pessoal para o ciclo de gestão de 2016, para efeitos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que na reunião de preparação para a Assembleia Municipal ninguém da CDU conseguiu ler os documentos que foram enviados relativamente a este ponto. As letras eram extremamente pequenas e nem com uma lupa se conseguia ler e por isso, em consciência, a CDU ia abster-se neste ponto.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 15 abstenções.-----

----- **11.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal dos Documentos Previsionais, para o ano financeiro de 2016, para efeitos do disposto na alínea a), n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que aquele era um documento extremamente extenso e de difícil análise para quem não era da área. A CDU nunca colocou em causa o Executivo camarário fosse ele de que partido fosse. Não estava em causa o respeito que tinham pelas pessoas e a confiança que todos lhes mereciam.-----

-----Gostava de ser esclarecido sobre o porquê dos documentos relativamente à tabela de taxas e licenças e ao mapa de pessoal estarem, novamente, inseridos neste ponto.-----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que era normal e legítimo que o PS apresentasse propostas das freguesias onde tem representantes eleitos.-----

Ata Sessão Ordinária 30-11-2015

-----Relativamente aos documentos previsionais para 2016 que lhes foram apresentados, sofriam as mesmas falhas e deficiências que já tinham questionado no ano de 2014 e 2015. No ano de 2014 já tinham confirmado na respetiva conta de gerência e no relatório de gestão e no de 2015 se perspetiva identicamente como se podia verificar na proposta em que teve oportunidade de intervir, no ponto n.º 8, da presente ordem de trabalhos. -----

-----O plano em si tinha uma melhoria, de saudar, face aos anteriores no seu aspeto formal, ao ter uma introdução e uma justificação política e uma resenha técnica explicativa que saudavam e louvavam esperando que fosse melhorada no futuro. -----

-----Continuam, era um facto a terem um plano e orçamento irrealista. O Plano tinha inúmeras ações que eram apontadas a anos seguintes, apenas com valores residuais neste ano e o restante em anos seguintes e tem outras que se mantinham em previsão em planos sucessivos que certamente constariam novamente no próximo plano para 2017. Vai-se com essa política abrindo expectativas às freguesias com ações que depois não se executavam. Era para o PS, esse o maior fracasso do Executivo por não planear devidamente e gerir as intervenções e obras nas freguesias discricionariamente. Com a discricionariamente, podem alega-la e não estavam com isso a querer minorizar, podiam eventualmente factualiza-la. Ao não ajustar as propostas à previsibilidade de execução restavam rubricas gerais de valor elevado que permitiam a execução casuística conforme as conveniências. -----

-----Tem o PS, desde que em 2005 deixou de haver uma componente orçamental contratualizada com todas as juntas de freguesia para pequenas obras, exigido que seja resposta a essa prática iniciada há décadas e com sucesso reconhecido por todos. Mais uma vez a Coligação apresentava um plano sem essa contratualização, deixando todas as juntas de freguesia dependentes da Câmara Municipal. Dir-lhe-ão que não há folga orçamental para esse efeito mas com maior ou menor valor essa via iria permitir fazer mais obra com menos dinheiro. Têm a certeza de que 5 ou 10 mil euros a cada junta de freguesia seriam perfeitamente acomodados ou compensados com despesas que a Câmara Municipal poderia evitar. Em ano recente os custos da *Bicha Serpe* bastaria para aquela contratualização e mesmo agora, no entender do PS, só a despesa desperdiçada num banco de jardim, carregador de telemóveis e a contratação de serviços para a implementação do Plano de Ação de Investimento seriam suficientes ou muito próximas do valor mencionado como valor mínimo do que podia ser atribuído a cada uma das 38 freguesias. -----

-----O orçamento para cobrir a enorme lista de intenções do plano, uma boa parte delas só para constar, tem irregularidades continuadas, sobrevalorização das receitas, que é mais visível na receita fiscal e analogamente mas menos visível na receita de capital. Era curioso que o senhor Presidente da Câmara Municipal afirma na introdução ao plano a redução dos impostos municipais nas ARU's e propôs na anterior sessão da Assembleia Municipal a redução do IMI às famílias com 3 ou mais filhos. Mas continuavam a ter no orçamento previsões por excesso do IMI, sendo que na totalidade da receita fiscal o



empolamento é 2,5 milhões de euros. Concretamente no IMI, previa-se uma receita de 5,6 milhões de euros quando nos últimos dois anos, o valor cobrado rondou os 4,7 milhões e sem as reduções mencionadas, mas acreditavam que fossem compensadas com o fim das isenções. Claro que sabiam que aquelas reduções seriam insignificantes em valor, mas mesmo assim o valor a prever no orçamento deveria ser a média da cobrança real dos últimos 24 meses. Acrescia àquele regular excesso de previsão das receitas correntes um outro, não irregular mas imaginativo, nas transferências de capital com relevo para as do Estado e das Sociedades Públicas sobretudo em várias rubricas classificadas como *outras receitas*, não serão sufragáveis. É assim que um orçamento que deveria rondar os 35 milhões de euros e a que poderia acrescer uma margem necessária para previsões fora daqueles estimáveis que rondariam entre os 10 a 20% era apresentado com um valor 59.66 milhões de euros, 19.9 milhões de euros acima do que seria um limite superior razoável. -----

-----Pelas razões referidas e sobretudo pelo caminho de navegação à vista e de acordo com as conveniências nos investimentos nas freguesias e pela ausência de propostas para minorar as condições do ensino nas crianças não abrangidas pelos centros escolares, embora fosse naquela sessão mencionada mas não estava no plano vertido, o grupo municipal do PS não concordava com aquele plano e apontasse para a sua rejeição. -----

-----Podiam assumir que pese os pecados do plano, se lhes for presente no futuro um plano com propostas semelhante aos anteriores mas que retomasse a contratualização com as juntas das freguesias, mesmo que num valor reduzido, dentro das possibilidades orçamentais, teriam o apoio da bancada do PS e aprovação do plano. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Pediu ao PS para transmitir ao senhor deputado Nuno Araújo a sua enorme satisfação pela sua elevação para um cargo do XXI Governo, lugar que curiosamente já tinha estado há 24 anos. Ficava muito satisfeito quando um penafidense, independentemente da sua cor política, conseguia chegar a esses cargos. Do mesmo modo que se congratulava, com a nomeação da dr.^a Helena Ribeiro para Secretário de Estado Adjunto da Justiça, também ela de alguma forma com alguma ligação a Penafiel, uma vez que foi a dr.^a Helena que o tinha substituído quando saiu da Câmara Municipal de Penafiel, nas funções de Diretor de Departamento. Desejava aos dois os maiores sucessos porque os maiores sucessos destas duas personalidades, naturalmente que eram os sucessos de todos os penafidenses. -----

-----Relativamente à intervenção do senhor Vereador Fernando Malheiro, disse que sem querer faltar à consideração ou à sua honrar, lhe permitir que discordasse e que fizesse a sua leitura política do documento o PS apresentou, ao abrigo do direito de oposição. Essa proposta, que a comissão política do Partido Socialista apresentou à Câmara Municipal na discussão do PPI é do Orçamento, tinha um preâmbulo e depois dizia quais eram as obras, que na perspetiva do PS deviam ser levadas ao PPI. Curiosamente, todas as obras eram das 8 freguesias do PS e totalizavam 7,23 milhões euros para incluir

PPI. Mediante aqueles valores questionava-se onde é que se ia poder cortar para poder juntar ao PPI mais 7,2 milhões de euros. -----

-----Disse que o PS era um partido que os tinha habituado, de quando em vez, era Governo do concelho de Penafiel e por isso tinha que ser sério e não podia dizer que a Câmara Municipal continuava a desinvestir. Lembrou que o município de Penafiel foi o município que mais investiu no último ano. -----

-----Lançou um repto a todos os membros da Assembleia Municipal, principalmente aos da bancada da Coligação, para fazerem tudo por tudo para que o PS continua-se pelo menos mais quatro anos na oposição porque senão os senhores Presidentes de Junta de Freguesia que não fossem eleitos pelo PS não irão ter obras nas suas freguesias. -----

-----Quanto ao orçamento, disse que este não era fácil de fazer, de ano para ano reduziam as verbas que vinham do Estado, o IMI, por proposta da Câmara e aceitação da Assembleia, reduziu para os mínimos, a Câmara continuava a fazer investimentos, nomeadamente o da zona industrial de Recezinhos, continuava apoiar as IPSS's e o desporto e naturalmente que não havia dinheiro para chegar a todo o lado. -----

-----O Executivo da Coligação tinha sentido de responsabilidade, acreditava no seu trabalho, e ano após ano verificava-se a execução do seu orçamento. Continuavam acreditar na sua política e acreditar naquele que era o seu desempenho e por isso a bancada da Coligação "Penafiel Quer" ia votar favoravelmente naquele ponto. -----

-----Concluiu dizendo, que era muito fácil votar sistematicamente contra, mas que não viessem futuramente dizer que aquilo do que de bom se fazia no concelho também tinha tido o apoio e o contributo do Partido Socialista. -----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que o município de Penafiel graças à sua intervenção no parque escolar tem tido, em relação ao grupo dos municípios, um investimento significativo e o Partido Socialista reconhece e tem-lo dito. Quando na sua intervenção referia que o investimento não estava a ser feito a abranger o território todo, que era preciso acautelar os de segunda, não estava a retirar indicações sobre isso. O anuário financeiro dos municípios em 2013 indica para Penafiel um investimento total que foi superior ao ano em curso, bem como no ano de 2014 que também foi superior e teve um pico de 33 milhões em 2009. -----

-----O que não reconheciam e foi o que disse na sua anterior intervenção era que aquela programação não tivesse sido feita a abranger a totalidade do território e o que pretendiam e alertavam era para que fossem salvaguardados e que tivessem o mínimo de condições os alunos, se não fosse de edificação que pelo menos fosse de equipamentos e instalações internas. Porque ficar pelas intervenções que constavam no plano, que era uma por ano, daqui a quatro anos, ainda havia alunos da escola primária em condições pouco dignas. -----

-----Relativamente à proposta que a comissão política do PS, disse que fizeram um lista das necessidades por freguesia e com certeza que não era para as fazer todas, quando se fazia uma lista era para priorizar. Não podiam dizer que o orçamento com as propostas do PS subia em cerca de 7 milhões de euros, porque a primeira ou segunda obra de cada uma das necessidades das juntas de freguesia totalizariam mais ao menos cerca de 400 mil euros. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que todos tinham lido o anuário e tinham visto a posição de Penafiel em dois anos seguidos. -----

-----Referiu que quando lia "*PS partido positivo, assim a Câmara inverterá o caminho de desinvestimento*" ficava assustado e cada vez se convencia mais que a Coligação ia votar a favor e o PS votaria contra. Havia realmente uma linha que os separava, do lado do PS, era a linha da demagogia, do desinvestimento quando havia investimento e do lado da Coligação, a seriedade o rigor e o bem-fazer. ---

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que aquele era um momento importante do ano político na Assembleia Municipal. -----

-----De facto a elaboração dos documentos previsionais no atual contexto é um exercício muito exigente e difícil. Vivia-se num tempo de uma grande imprevisibilidade, e quando elaboraram aqueles documentos não tinham sequer ainda Governo, não sabiam o que é que ia acontecer e continuavam sem saber relativamente ao Orçamento de Estado para o próximo ano o que tornava um exercício muito difícil o de preparar documentos previsionais naquelas circunstâncias. Havia algumas coisas que sabiam, independentemente do ambiente de maior instabilidade, é que queriam na elaboração do documento ter sempre muito presente o equilíbrio entre os recursos financeiros e aquilo que podiam fazer. Não queriam planear para além da receita que podiam e com que contavam legitimamente obter. Não queriam de forma nenhuma permitir que o município de Penafiel visse as suas contas e a sua situação financeira descambar e por isso não podiam entrar em demagogias, tinham que fazer documentos previsionais que fossem rigorosos, com equilíbrio e com rigor relativamente à receita e ao que estava planeado para executar. Tinham também de ter em conta que aquilo que queriam para o concelho, em termos de desenvolvimento sustentável, em termos de captação de investimento para poderem continuar a criar riqueza e mais emprego no concelho e também continuar a ter possibilidades para apoiar em termos sociais aqueles que precisavam mais de ser apoiados. E foi, tendo em conta, todas aquelas premissas que elaboraram os documentos que ali hoje apresentavam à Assembleia Municipal para que esta os analise. Tinham que ter em conta que atualmente a realidade era diferente da que era há alguns anos atrás, ainda recentemente leu num relatório elaborado pela Direção Geral das Autarquias Locais que dava nota de que nos últimos 5 anos, os municípios portugueses tiveram uma quebra de receita global de 1600 milhões de euros. Naquele momento a perda de receita dos municípios portugueses era na ordem de um milhão euros por dia e portanto não podiam fazer comparações quando as circunstâncias se alteraram tanto e quando o mundo, em particular o mundo autárquico se alterou tanto. Por isso tinham ficado

Ata Sessão Ordinária 30-11-2015

satisfeitos quando recentemente viram publicado no anuário financeiro, documento sérios, elaborado pela ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, e que destaca a eficiência da gestão autárquica do município de Penafiel. Julgava que todos, mesmo aqueles que votavam contra o documento, deviam-se sentir orgulhosos por verem o município de Penafiel ser identificado, no ranking que analisa os 308 municípios do país, verem Penafiel nesse honroso 7.º lugar, a meio do top 10. Esclareceu que já no ano transato Penafiel estava bem classificado, no 15.º lugar, passaram do 15.º para o 7.º lugar e essa análise referia-se a um ano que foi o ano 1.º do mandato a que presidia. O investimento que tinha sido feito, não foi feito nem a pensar em eleições nem em campanhas eleitorais. Foi feito porque estava comprometido com cada um dos senhores Presidentes de Juntas de Freguesias e sobretudo com os penafidelenses. Todos se deviam sentir orgulhosos pelo facto desse anuário, documento muito importante para os municípios portugueses, dar esse destaque à situação financeira do município de Penafiel, colocando como 7.ª autarquia do país com maior volume de investimentos e como um dos 50 municípios com os maiores resultados económicos absolutos. Tendo todas essas circunstâncias e as dificuldades que o país atravessava em conta, procuraram do ponto de vista da receita que aquele orçamento mantivesse a taxa do IMI no mínimo e além disso introduzir-se essa novidade que era a redução de 20% da taxa para as famílias com três filhos ou mais. E se no próximo ano tiverem condições financeiras que o permitissem, alargariam esse desconto a famílias com dois filhos. Iam naturalmente, dando sempre passos com prudência e avaliando o impacto que essas decisões têm na receita municipal, porque tem que ter em conta também, que a Assembleia Municipal aprovou a constituição e implementação de três áreas de reabilitação urbana, duas na zona da cidade de Penafiel e outra em Entre-os-Rios, e essas áreas de reabilitação urbana iam ter implicações do ponto de vista da perda de receita para o município porque se traduziam em benefícios fiscais para os investidores que quisessem investir na reabilitação urbana. Tinham que ter prudência na definição dos impostos municipais sob pena de se perder receita que é necessária para fazer face às intervenções e investimentos que iam ser feitos. Iam também continuar apoiar aquela que tem sido uma das áreas de prioridade na política municipal, a atração de investimento, os contratos de investimento que têm vindo a celebrar implicavam naturalmente, também perda de receita, muitas vezes implicava muito esforço do município em determinadas intervenções e por outro lado iam investir mais de um milhão e meio de euros na nova zona industrial e também ali têm que ter em atenção que se tratava de um impacto financeiro muito significativo e tinham que estar preparados o assumir. Depois, iam continuar com as obras em todo o território, sabia que não conseguiam chegar ao final de cada ano e ter todas as obras executadas, mas havia sempre alguns obstáculos que surgiam e que os ultrapassavam na maior parte das vezes. Por exemplo, a questão dos terrenos que muitas das vezes eram um obstáculo para que se pudesse executar as obras mas aquilo que asseguraria sempre é que o que estava planeado era aquilo que efetivamente tinham intenção de concretizar, podia ser com algum atraso mas tinham a intenção de concretizar, estava acautelado e previsto.



-----Relativamente às escolas disse que estavam várias intervenções planeadas em escolas do concelho que não tinham tido condições para serem financiadas em termos de centros escolares mas seriam agora requalificadas para que pudessem ter as mesmas condições de funcionamento para todos os alunos do concelho. Por outro lado tinham o Plano Municipal Solidário que continuava apoiar as famílias e aqueles que mais necessitavam mais de serem apoiados, os mais idosos, os mais jovens e sobretudo os mais fragilidades da sociedade penafidense.-----

-----Procuraram naquele documento ter uma estratégia assente na sustentabilidade económico financeira do município tendo em conta naturalmente a promoção num concelho social e territorialmente mais coeso e economicamente mais competitivo. Se tivesse que caracterizar aqueles documentos previsionais diria que tinham um documento rigoroso, um documento de verdade, o que ali estava era o que efetivamente podia fazer e executar. Era isso que todos queriam na política e era isso que esperavam dos políticos, verdadeiros nos compromissos que assumiam com a população.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com cinco abstenções e oito votos contra.-----

-----Foram feitas as seguintes declarações de voto:-----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Croca: Disse que tinha votado a favor dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 e utilizando as palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal, porque era sérios e iam fazer efetivamente o que estava contratualizado.-----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa: Disse que se absteve porque no primeiro orçamento do mandato votou favoravelmente, curiosamente nesse ano Cabeça Santa tinha tido zero de investimento e por esse motivo a sua abstenção nestes documentos previsionais. Aguardava pelas obras na sua freguesia. As obras da cobertura do centro escolar já tinham iniciado, agradecia em nome da população e dos alunos. Agradecia também, a obra do parque de estacionamento da zona industrial que estava a ter bastante utilidade.-----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que abstenção da CDU foi decidida na reunião de preparação para Assembleia Municipal. A abstenção ia no sentido de dar o benefício da dúvida ao Executivo para este pudesse realizar e concluir as obras necessárias no concelho. No entanto chamavam atenção para a sua execução que a data era apenas de 34, 4% do PPI do ano 2015.-----

----- **12.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) para 2016 – Penafiel Verde, nos termos da alínea b), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 575/2013, de 12 de setembro;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----



----- **13.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de minuta do Contrato-Programa da Penafiel Verde, EM, para o ano 2016, para efeitos do disposto, n.º 5, do art.º 47, da lei.º 50/2012, de 31 de Agosto;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **14.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Normas de funcionamento da "Mostra de Teatro Juvenil", nos termos da alínea g), do n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **15.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Normas de funcionamento do concurso " 25 de Abril – 42 anos de liberdade", nos termos da alínea g), do n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **16.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração do Regulamento do Património Ativo – Conservação e Reabilitação Urbana, para efeitos da alínea g), do n.º 1, do artigo n.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **17.º Ponto — Discussão e votação proposta da Câmara Municipal de abertura do concurso público para "Concessão do Direito de Exploração do Quiosque no Largo da Misericórdia – Penafiel", para efeitos do disposto na al. p), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **18.º Ponto — Conhecimento das minutas das atas e as atas das reuniões da Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x) do n.º 1 do artigo 35.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

-----Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público.-----

-----Inscreveu-se a cidadã, senhora D. Maria de Lurdes Sousa, residente na cidade de Penafiel, disse que queria chamar atenção no que dizia respeito ao parque de estacionamento do museu. Referiu que aquele parque não tinha as condições devidas. As condições do parque deixavam muito a duvidar, uma vez que não tinha acessos para deficientes nem para mães com carrinhos de bebé. Era muito difícil

quando deixavam o carro no parque porque o próprio carrinho de bebé não cabia nos passeios, eram obrigados a transporta-los na faixa onde circulavam os carros, com carros a poluir o ambiente, improprio para qualquer pessoa principalmente para os bebés. Quando não havia lugar no primeiro piso tinha que subir ao segundo piso e tinham que fazê-lo onde circulavam os automóveis uma vez que os elevadores não funcionavam. O portão que dava acesso ao Largo da Ajuda nem sempre se encontrava aberto. No que dizia respeito à segurança muito havia para fazer naquele parque. Em nome dos penafidenses pediu ao senhor Presidente da Câmara Municipal que intercedesse junto à administração do parque no que dizia respeito à segurança dos que se serviam dele. -----

-----Gostava de ver alterada na cidade de Penafiel, o facto das floreiras colocadas na zona histórica da cidade, que embelezavam, isto é, eram maravilhosas se estivessem bem arranjadas e no local certo. O único sítio onde estavam bem colocadas era as da rua do Paço, nas outras ruas não tinham qualquer estética. A terem floreiras que todos pagaram, os comerciantes não deviam ter as suas próprias floreiras pois deviam ser todas iguais. Havia haver uma norma municipal para que as floreiras fossem todas iguais e os comerciantes tratarem das próprias floreiras. -----

----- No final da sessão, todos os pontos importantes foram aprovados em minuta, por unanimidade, tornando-se, assim, imediatamente eficazes as deliberações tomadas. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, lavrando-se a presente ata, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----

